

43° ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA
Área 10 - Economia Regional e Urbana

UMA PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO DA PRODUÇÃO TEÓRICA E EMPÍRICA EM ECONOMIA REGIONAL A PARTIR DOS ENCONTROS NACIONAIS DE ECONOMIA, PROMOVIDOS PELA ANPEC, NO PERÍODO 2004-2014

Angélica Massuquetti; Augusto Andreis; Bruno Pedron; Filipe Stona; Jean Carlo Amann*

Resumo: O objetivo do estudo é analisar a produção teórica e empírica na área temática de Economia Regional presente nos Encontros Nacionais de Economia, promovidos pela Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), no Brasil. Foram analisados 216 artigos publicados nos Anais do evento, nesta área temática, no período de 2004 a 2014, pelos métodos de técnica de análise de conteúdo e modelo *logit*. Os resultados revelaram que a produção acadêmica, que assumiu caráter mais interdisciplinar, tem sido desenvolvida de forma coletiva e, principalmente, por pesquisadores das universidades públicas federais. Também se observou a crescente participação de estudos pertinentes a áreas que apenas tangenciam a Economia Regional e o emprego de métodos mais complexos, como os modelos econométricos e de equilíbrio geral computável. Além disso, notou-se que modelos gerais (equilíbrio geral computável e matriz insumo-produto) e *ind_est* (indicadores e estatística descritiva) aumentam a probabilidade de trabalhos com um ou dois coautores e os estudos em que a instituição do autor principal é da Região Sul têm 10 vezes mais chance de serem publicados em coautoria. Por fim, os temas relacionados com a Análise de Economia Doméstica (R2) têm mais chance de serem estudados quando o autor principal está vinculado a uma instituição de um estado da Região Nordeste e os pesquisadores da Região Sul são mais propensos a estudar temas de análise da Atividade Econômica Regional (R11), seguidos dos pesquisadores das Regiões Sudeste e Nordeste.

Palavras-chave: Economia Regional; produção do conhecimento; ANPEC.

Abstract: This study aims to analyze the theoretical and empirical production in the subject area of Regional Economics present in the National Meetings of Economics, promoted by the Brazilian Association of Graduate Programs in Economics (ANPEC) in Brazil. The authors analyzed 216 articles that were published in the annals of the event for this subject area between 2004 and 2014, through the methods of content analysis technique and logit model. The results show that the academic research, which has taken a more interdisciplinary nature, has been developed in a collective way and mainly by researchers from federal public universities. Moreover, the participation of studies that are pertinent to fields merely tangent to Regional Economics was found to have been growing, as well as the usage of more complex methods, such as econometric and computable general equilibrium models. Furthermore, general models (computable general equilibrium and input-output matrix) and *ind_est* (indicators and descriptive statistics) increase the probability of articles having one or two co-authors, and studies in which the institution of the lead author is from the South Region are 10 times more likely to be published in co-authorship. Lastly, issues related to Household Analysis (R2) are more likely to be studied when the lead author is associated to an institution from a state in the Northeast Region and researchers of the South Region are more likely to study issues related to Regional Economic Activity (R11), followed by researchers from the Southeast and Northeast regions.

Keywords: Regional Economics; knowledge production; ANPEC.

JEL: R15; A14; B41

*Professora no Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Correio eletrônico: angelicam@unisinos.br / Mestrando em Economia no PPGE-UNISINOS. Correio eletrônico: augustoandreis@hotmail.com / Mestrando em Economia no PPGE-UNISINOS. Correio eletrônico: jbpcbom@ig.com.br / Mestrando em Economia no PPGE-UNISINOS. Correio eletrônico: fstona@live.com / Mestrando em Economia no PPGE-UNISINOS. Correio eletrônico: jean.amann@gmail.com. Os autores agradecem a colaboração de Eliane Rêgo (ANPEC).

1 INTRODUÇÃO

Os pesquisadores brasileiros têm realizado esforços para sistematizar e avaliar a produção acadêmica das ciências sociais e sociais aplicadas no país nas últimas décadas, expressando uma elevação do nível de reflexividade do próprio pensamento científico em termos metodológicos e de implicação com o objeto, como é o caso, por exemplo, dos estudos realizados por Massuquetti (2015; 2014), Begnis, Arend e Estivaleta (2014), Brasil (2013), Bruno et al. (2011), SEI (2010), Miceli (2002), Sigaud (1992) e Ianni (1989). A reflexividade é aqui compreendida em oposição ao simples ato de percepção, como uma análise de um determinado objeto ou um voltar-se sobre algo, ou seja, uma aptidão humana de analisar seu próprio comportamento e de repensar o produto do seu conhecimento (DOMINGUES, 2001).

Para Santos (1989, p. 78), a ciência torna-se reflexiva quando a “[...] relação normal sujeito-objeto é suspensa e, em seu lugar, o sujeito epistêmico analisa a relação consigo próprio, enquanto sujeito empírico”, a partir dos instrumentos científicos. Segundo Bourdieu (1982), essa atividade reflexiva permite compreender as categorias que envolvem, delimitam e dirigem o pensamento, contribuindo para a percepção dos critérios de classificação que são operados e como são produzidos no decorrer da história. Bourdieu (1997) também afirmou que é preciso interrogar a relação entre a produção e as condições de produção das ideias, já que as ideias e as obras estão intimamente ligadas às suas circunstâncias de produção. Bourdieu (2001), em outro momento, questionou como seria possível que uma atividade histórica, como a atividade científica, fosse capaz de produzir verdades independentes da história e sem ligação com o lugar e o momento de sua produção, permitindo supor que essa atividade é a expressão do momento histórico vivido por uma sociedade, ou seja, o modo de pensar o mundo num determinado momento. Para Bourdieu et al. (1999), assim, o trabalho científico envolve uma reflexão epistemológica indispensável, principalmente quando as investigações têm por objeto o seu próprio campo.

Este artigo pretende cooperar no movimento de reflexão a respeito da produção do conhecimento das ciências sociais e sociais aplicadas, mas no âmbito da Economia e, especificamente, em Economia Regional. O objetivo deste estudo, portanto, é analisar a produção teórica e empírica presente na área temática de Economia Regional dos Encontros Nacionais de Economia, promovidos pela Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC)¹, no Brasil, nos anos 2000. Esse evento científico é promovido pelos programas brasileiros de pós-graduação em Economia e seu objetivo é estimular o intercâmbio de pesquisadores nacionais e estrangeiros por meio do debate de estudos inéditos e na fronteira do pensamento científico.

O estudo justifica-se, por um lado, porque as associações científicas, como é o caso da ANPEC, integram o espaço acadêmico e permitem, por meio de seus encontros nacionais, construir um debate a partir de uma multiplicidade de olhares, revelando que o campo acadêmico está em contínua transformação teórico-metodológica². Cherkashin et al. (2009) já elencavam as dificuldades de se obter dados que correspondam às características de artigos de periódicos e seus autores, uma vez que as informações acerca de artigos publicados e rejeitados são escassas e dificilmente estão disponíveis. Desta forma, optou-se por analisar um grande evento científico na área de Economia que lidasse com informações de acesso público ao invés de se empregar uma amostra de periódicos, mesmo sabendo que um evento conta com uma quantidade limitada de artigos que pode ser apresentada por ano.

Por outro lado, a área temática eleita neste estudo é relevante, pois, no Brasil, os estudos regionais³ têm sido intensificados nas últimas décadas, principalmente, em razão das disparidades regionais oriundas do processo de industrialização no país, justificando tal estudo. Além disso, a reflexão a respeito da produção desse conhecimento permite a identificação dos principais temas, das questões que a literatura apresentou e dos paradigmas explicativos empregados nos estudos na área de Economia Regional. Esta pesquisa não se propõe apenas a classificar essa produção ou determinar filiações teóricas,

¹ O Encontro Nacional de Economia é realizado anualmente desde o ano de fundação da ANPEC, em 1973.

² A revolução paradigmática, todavia, ao contrário das ciências exatas, não é o caminho percorrido pelas ciências humanas, sociais e sociais aplicadas (ALEXANDER, 1999). Para maiores informações, ver Kuhn (2001).

³ No Brasil, a área temática de Economia Regional é abordada em inúmeros eventos científicos na área de Economia, destacando-se, por exemplo, os encontros regionais organizados pela ANPEC (Encontro Regional de Economia do Nordeste e Encontro de Economia da Região Sul) e o Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (ENABER), promovido pela Associação Brasileira de Estudos Regionais (ABER).

mas tenta apontar as problemáticas e os caminhos teórico-metodológicos escolhidos pelos pesquisadores analisados.

Ressalta-se que este artigo foi inspirado por estudos realizados no campo acadêmico internacional, como Card e Della Vigna (2012; 2013), Hamermesh (2013; 1994), Cherkashin et al. (2009), Boschini e Sjögren (2007), Kim, Morse e Zingales (2006), Ellison (2002), Hollis (2001), Costa e Delgado (1999), Durden e Perri (1995) e McDowell e Melvin (1983), que também analisaram a produção teórica e empírica no âmbito da Economia. Em comum, essas pesquisas possuem a característica da análise quantitativa, como o volume de publicações em alguns dos principais periódicos científicos da área, a evolução dos temas e pesquisas mais influentes das últimas décadas, a quantidade de páginas por publicação, dentre outras abordagens.

Por fim, o artigo está estruturado em quatro seções, considerando esta Introdução. Os procedimentos metodológicos são apresentados na segunda seção e os resultados do estudo são analisados na terceira seção. Por fim, na quarta seção, são apresentadas as principais conclusões da pesquisa.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A produção do conhecimento analisada neste artigo foi aquela publicada nos Anais dos Encontros Nacionais de Economia⁴, que contêm os artigos apresentados no evento. A opção pela produção acadêmica está intimamente ligada ao interesse pela percepção das matrizes teórico-metodológicas que estão sendo postas em pauta na Economia brasileira, bem como as suas problemáticas.

O recorte temporal inicial foi o período 2000-2014, contudo, este recorte foi redefinido em razão da indisponibilidade de identificação dos artigos publicados por área temática. Ressalta-se que o critério de inclusão foi ter sido publicado nos Anais do evento nas áreas de Economia Regional e Economia Agrícola ou de Economia Regional e Urbana⁵ (independentemente de não ser um artigo próprio da área) e o de exclusão, portanto, foi ter sido publicado em outra área. Como a informação dos artigos por área de publicação não estava disponível para os anos de 2000, 2001, 2002, 2003, 2007 e 2008, consultou-se a ANPEC no intuito de obtenção destas informações. A partir do apoio da instituição, os artigos de 2008 e de 2007 foram identificados, no entanto, não foi possível obter esta informação para o período de 2000 a 2003. Neste sentido, o recorte final foi definido como 2004-2014.

No período de estudo, foram identificados 216 artigos publicados nas áreas temáticas de Economia Regional e Economia Agrícola e de Economia Regional e Urbana. Os mesmos foram analisados a partir da construção de uma planilha com as seguintes informações: ano de apresentação, edição da ANPEC, título, autores, instituições dos autores, classificação do *Journal of Economic Literature* (JEL), tema, recorte geográfico, recorte temporal, objetivo geral, referencial teórico, metodologia, resultados e idioma. Neste artigo, na subseção de resultados descritivos, foram analisadas as seguintes informações, a partir da técnica de análise de conteúdo, sendo também apresentados os procedimentos metodológicos adotados:

1. Autoria e idioma: Como autor principal, considerou-se quem constava em primeiro lugar na programação do evento em cada ano, conforme informações disponíveis na página eletrônica da ANPEC. No caso de ausência da programação, utilizou-se a ordem inserida nos próprios artigos publicados nas respectivas edições do evento. Em relação aos idiomas, os artigos foram publicados em português ou inglês.
2. Instituições: As instituições de ensino superior (IES) brasileiras tiveram sua organização acadêmica e categoria administrativa obtidas por meio do cadastro de instituições de educação superior e cursos do Ministério da Educação (BRASIL, 2015a) e, para as demais instituições, foi necessário utilizar seu Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) para consultar a descrição da natureza jurídica, disponível na página eletrônica da Receita Federal, na seção de Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (BRASIL, 2015b). Desta forma, foi possível identificar se as instituições às quais os autores pertenciam eram públicas

⁴ A relação dos Encontros Nacionais de Economia analisados encontra-se em Anexo.

⁵ Ao longo do período de estudo, a área temática de Economia Regional e Economia Agrícola passou a ser denominada de Economia Regional e Urbana.

ou privadas, bem como a natureza do negócio (universidade, banco ou fundação de pesquisa, por exemplo). Por fim, como o autor principal de cada artigo pode indicar mais de uma instituição representativa, foi necessário adotar um critério para que o número de instituições não superasse o número de artigos. Este critério de escolha baseou-se na existência de coautores da mesma instituição e no local de trabalho do autor.

3. Recorte geográfico: A partir da observação aos próprios artigos, foi possível determinar o recorte geográfico que cada pesquisa retratou. Como se percebeu uma elevada diversidade de recortes geográficos ao longo dos 216 trabalhos, buscou-se agrupá-los em oito grandes grupos, a fim de sistematizar as categorizações. Uma das classificações, a de escala geográfica nacional, foi detalhada ao nível “Brasil” e este, por sua vez, particularizado em sete diferentes abordagens, permitindo uma compreensão mais apurada dos estudos que retrataram o ambiente brasileiro.
4. Classificação JEL: Com o intuito de observar os principais temas abordados, foram adotadas as classificações JEL⁶ fornecidas pelos autores. Conforme a recomendação da AEA (2015), as classificações devem seguir a ordem alfabética e numérica, mesmo que alguns autores não sigam essa regra. Portanto, não foi distinguida a ordem da classificação feita pelos artigos da ANPEC, ou seja, não foram consideradas mais relevantes aquelas classificações que apareciam em primeiro lugar. Para a classificação de artigos na área de Economia Regional, utiliza-se a categoria geral R - Economia Urbana, Rural, Regional, Imobiliária e de Transportes. Assim, foram identificados 260 classificações da categoria R, num total de 498 classificações. Também foram observadas as demais classificações mais frequentes na amostra, assim como as subcategorias apresentadas.
5. Tema: Optou-se por agregar os temas em grandes grupos, uma vez que se observou um vasto número de temas específicos, que, por sua vez, inviabilizaria a análise, se trabalhados de forma desagregada. Assim, o critério foi utilizar os cinco grandes temas da classificação JEL do grupo R, sendo eles: Economia Regional Geral (R1), Análise da Economia Doméstica (R2), Mercados Imobiliários, Análise Espacial da Produção e Localização da Firma (R3), Economia de Transportes (R4) e Análise de Governos Regionais (R5). Portanto, os temas específicos foram inseridos dentro de um destes grupos. Já aqueles artigos cujos temas não se enquadravam em nenhum destes anteriores, foram classificados como “Outros”.
6. Metodologia: As metodologias foram classificadas em nove grandes grupos – análise econométrica, construção ou acompanhamento de indicadores, econometria espacial, matrizes insumo-produto, modelo gravitacional, modelo de equilíbrio geral computável, estatística descritiva, revisão bibliográfica e outros. Diante da diversidade de metodologias aplicadas, em cada um desses grupos foram inseridos subgrupos para auxiliar na análise dos resultados.
7. Referencial teórico: Os artigos foram analisados e classificados a partir de cinco grupos teóricos principais: teorias do crescimento e do desenvolvimento regional, teorias da localização, referenciais teóricos da economia urbana, referenciais teóricos da economia agrícola e outros referenciais teóricos (relacionados a outras áreas temáticas).

Em um segundo momento da análise, foi utilizado um modelo *logit* para investigar relações referentes aos padrões de coautoria e das temáticas abordadas, vide a equação (1):

$$g(x) = \ln \left\{ \frac{\pi(x)}{1 - \pi(x)} \right\} \quad (1)$$

Onde $\pi(x)$ é a probabilidade de um evento acontecer e $1 - \pi(x)$ é a probabilidade de não acontecer. Dado que:

$$\pi(x) = \frac{e^{\beta_0 + \beta_1 x}}{1 + e^{\beta_0 + \beta_1 x}} \quad (2)$$

⁶ O sistema de classificação JEL é um método padrão de classificação da literatura econômica desenvolvido pela *American Economic Association* (AEA). Formado por categorias gerais que vão de A até Z, e subcategorias que seguem um padrão numérico, esse sistema é comumente utilizado para classificação de livros e artigos da área de Economia (AEA, 2015).

Então, $g(x) = \ln e^{\beta_0 + \beta_1 x} = \beta_0 + \beta_1 x$, permitindo que o *logit* se torne linear nos parâmetros. Os resultados dos modelos binomiais são apresentados em formato de razão de probabilidade ($OR_i = e^{\beta_i}$)⁷ nos testes realizados com o modelo *logit*, buscando uma melhor interpretação dos resultados.

Também foram aplicados modelos *logit* multinominal nos casos em que a variável dependente não era binária. Nesse tipo de modelo, é estimada uma série de coeficientes correspondentes a cada resultado. Por exemplo, considerando que a variável dependente y possa assumir três resultados (1, 2 e 3) e as variáveis independentes X , o modelo seria representado da seguinte forma:

$$\begin{aligned} \Pr(y = 1) &= \frac{e^{X\beta^{(1)}}}{e^{X\beta^{(1)}} + e^{X\beta^{(2)}} + e^{X\beta^{(3)}}} \\ \Pr(y = 2) &= \frac{e^{X\beta^{(2)}}}{e^{X\beta^{(1)}} + e^{X\beta^{(2)}} + e^{X\beta^{(3)}}} \\ \Pr(y = 3) &= \frac{e^{X\beta^{(3)}}}{e^{X\beta^{(1)}} + e^{X\beta^{(2)}} + e^{X\beta^{(3)}}} \end{aligned} \quad (3)$$

Os modelos foram estimados pela máxima verossimilhança, otimizada pelo algoritmo Newton–Raphson. Também foram observados os testes LR e o teste de Wald em comparação com a versão restrita do modelo, apenas com a constante, para que o modelo utilizado possa ser considerado satisfatório. Modelos binários semelhantes foram utilizados para analisar a produção científica na área de Economia, como Hamermesh (2013), Cherkashin et al. (2009), Fabel, Hein e Hofmeister (2008) e Boschini e Sjögren (2007). Para um maior detalhamento do modelo, ver Hosmer Jr., Lemeshow e Sturdivant (2013).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, são apresentados, num primeiro momento, os resultados descritivos do estudo e, posteriormente, são analisadas relações específicas entre as variáveis de coautoria, temas, classificações JEL, regiões a que o autor principal de cada artigo estava vinculado quando da publicação de cada pesquisa, dentre outras variáveis, a partir do modelo *logit*.

3.1 RESULTADOS DESCRITIVOS

Um dos tópicos analisados foi o comportamento dos atributos dos autores ao longo do tempo. Sabe-se que, pelas regras do evento, um pesquisador não pode submeter mais de um artigo como autor principal no mesmo ano, mas pode ser coautor em artigos submetidos por outros autores. Assim, o número de autores principais será igual ao número de artigos apresentados. A tabela 1 mostra o número de autores e coautores nas edições do evento. Para não haver duplicidade de informações, foi contabilizado apenas o gênero dos autores principais dos artigos. Apesar de uma maior proporção homens/mulheres, que variou de 7/1 até 13/11, percebe-se que a participação das autoras cresceu ao longo do tempo, representando 12,5% dos autores principais, em 2004, e 45,8%, em 2014. De forma agregada, as mulheres representam 26,85% do total de artigos.

Hamermesh (2013) também observou que houve um aumento do número de autoras no período analisado em seu estudo (1963-2011). Boschini e Sjögren (2007), que estudaram a composição dos gêneros em três grandes periódicos de Economia nos Estados Unidos da América (EUA), entre 1991 e 2002, encontraram que 12,9% dos 3.090 artigos de sua amostra tinham uma mulher como primeiro autor, mas afirmam que a diferença na produção de autoria única entre gêneros foi diminuindo ao longo do tempo. Esse fato está de acordo com os resultados observados neste estudo, mas, a fim de analisar as características dos coautores, é necessário classificar os estudos em autoria única e coautoria.

⁷ Odds Ratio.

Tabela 1 – Autoria por gênero e autor principal/coautor – 2004-2014

Anos	Masculino	Feminino	Participação feminina (%)	Autores principais	Coautores
2004	21	3	12,5	24	36
2005	17	1	5,6	18	25
2006	11	1	8,3	12	17
2007	9	6	40,0	15	21
2008	11	4	26,7	15	19
2009	16	8	33,3	24	35
2010	11	7	38,9	18	33
2011	17	10	37,0	27	39
2012	18	3	14,3	21	28
2013	14	4	22,2	18	28
2014	13	11	45,8	24	34
Total	158	58	26,8	216	315

Fonte: Elaboração dos autores.

O número de coautores foi superior ao número de autores principais em todos os anos, de forma que elevou a quantidade média de escritores a valores em torno de 2,5 autores por artigo em cada ano. Indubitavelmente, há artigos com apenas um autor, mas o volume de artigos com múltiplos autores supera os de autor único em todos os anos, de forma que 86,57% dos artigos foram desenvolvidos com coautoria. Essa relação pode ser observada na tabela 2. É mais comum encontrar um trabalho com apenas um coautor, visto que esse tipo de situação se mostrou mais presente em oito das 11 edições do evento. As exceções foram os anos de 2006, 2010 e 2013, nos quais os artigos com dois coautores foram mais presentes. Percebe-se a redução da quantidade de artigos de autor único ao longo do tempo, que era de sete, em 2004, reduzindo-se para dois, em 2005, e permanecendo entre dois e quatro nos anos seguintes.

Tabela 2 – Número de artigos por tipo de autoria – 2004-2014

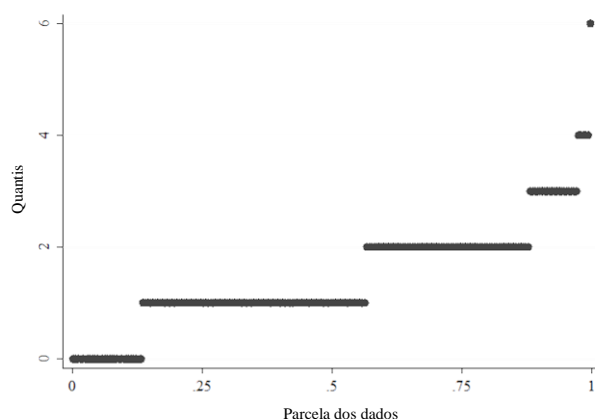
Anos	Autor único	1 coautor	2 coautores	3 coautores	4 coautores	Mais coautores	Total com coautoria	Total
2004	7	7	3	5	2	0	17	24
2005	2	8	7	1	0	0	16	18
2006	1	5	6	0	0	0	11	12
2007	3	8	2	1	0	1	12	15
2008	4	6	2	3	0	0	11	15
2009	2	12	7	3	0	0	22	24
2010	1	5	9	2	1	0	17	18
2011	3	13	8	2	1	0	24	27
2012	2	11	7	1	0	0	19	21
2013	2	6	8	2	0	0	16	18
2014	2	12	9	0	1	0	22	24
Total	29	93	68	20	5	1	187	216

Fonte: Elaboração dos autores.

Da mesma forma, observando os dados de coautoria organizados por quantis (gráfico 1), os artigos com um coautor possuem destaque, evidenciando a mediana de um coautor. Esse resultado é relevante, pois demonstra que os trabalhos com seis e quatro coautores deslocam a média, mas são exceções. Além disso, constatou-se que os estudos com até um coautor representam cerca 57% dos artigos, enquanto 88% foram elaborados com até dois coautores (número de coautores maior que dois a partir do 88º percentil).

Esses dados revelam que cada vez mais a pesquisa acadêmica tem sido desenvolvida de forma coletiva, conclusão similar a de vários outros pesquisadores, como Hollis (2001) e Durden e Perri (1995). No primeiro estudo, o autor constatou que o número médio de autores por artigo aumentou para aproximadamente dois, sendo que 67% dos artigos tinham mais de um autor, enquanto, no segundo estudo, o número de artigos quase triplicou no período analisado, sendo que o número de coautoria cresceu mais de sete vezes seu valor original. Hamermesh (2013) levantou algumas hipóteses para esse fenômeno, entre as quais estão o aumento do grau de complexidade da pesquisa em Economia, a criação de novas formas de comunicação (correio eletrônico, internet etc.) e a redução de custos dos meios de transporte. Durden e Perri (1995, p. 70) recordam a necessidade intrínseca da publicação no meio acadêmico: “There is little doubt, however, that the growing ‘publish or perish’ requirement plays a major role in the observed proportional increase in coauthorship”. Essas explicações parecem justificar o que acontece no período de pesquisa atual, tanto que, no ano de 2007, houve um artigo com sete escritores, valor este que difere do padrão de um ou dois coautores.

Gráfico 1 – Coautoria organizadas por quantis



Fonte: Elaboração dos autores.

Este resultado também vai ao encontro daquele obtido por McDowell e Melvin (1983), que analisaram a coautoria em nove importantes revistas entre 1946 e 1976. Os autores identificaram uma crescente produção conjunta e afirmaram que era razoável pensar que esta produção pudesse chegar a taxas superiores a 80% no futuro. Ellison (2002) e Hudson (1996) também se depararam com um aumento da produção científica em conjunto, ou seja, menor produção de artigos somente com um autor. Card e Della Vigna (2013), que igualmente encontram um aumento da produção conjunta, trouxeram uma contribuição relevante neste sentido, pois expandiram sua análise e identificaram que artigos com mais coautores possuem mais citações, quando comparados com estudos produzidos por somente um autor. Além disso, os autores sugeriram que a maior competição observada no meio acadêmico-científico poderia ser uma das causas do aumento da produção em conjunto.

No que diz respeito ao idioma, percebe-se que, de 2004 a 2009, tanto em termos absolutos quanto relativos, o idioma inglês vinha sendo menos empregado. Isto porque, em 2004, o inglês foi utilizado em seis artigos, ou 25% do total, e, em 2009, este foi empregado em apenas um dos artigos, o que corresponde a 4,2% do total. Contudo, em 2010 esta tendência se reverteu e pôde-se observar um aumento da produção em língua inglesa, quando 22,2% do total de artigos foram produzidos com este idioma. Assim, observa-se que, de 2010 a 2014, todos os anos, com exceção de 2011, o inglês foi empregado em mais de 20% do total de artigos. Por fim, vale destacar o ano de 2012, quando 28,6% dos artigos foram escritos neste idioma, o valor foi bem acima da média do período de análise, que foi de 18,36%. Portanto, este fato pode ser destacado como uma nova característica da produção científica, ou seja, os pesquisadores optaram por produzir mais em uma linguagem que tem um poder de abrangência maior, ou seja, visando a internacionalização da produção do conhecimento (tabela 3).

Tabela 3 – Número de artigos por idioma – 2004-2014

Anos/Idioma	Inglês		Português		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	
2004	6	25,0	18	75,0	24
2005	3	16,7	15	83,3	18
2006	2	16,7	10	83,3	12
2007	3	20,0	12	80,0	15
2008	1	6,7	14	93,3	15
2009	1	4,2	23	95,8	24
2010	4	22,2	14	77,8	18
2011	4	14,8	23	85,2	27
2012	6	28,6	15	71,4	21
2013	4	22,2	14	77,8	18
2014	6	25,0	18	75,0	24
Total	40	-	176	-	216

Fonte: Elaboração dos autores.

O Encontro Nacional de Economia já foi realizado em múltiplos estados brasileiros. No período de estudo, com exceção de Foz do Iguaçu (PR), que sediou três edições do evento, todas as demais foram realizadas em municípios litorâneos da Região Nordeste, como Porto de Galinhas (PE), Salvador (BA) e João Pessoa (PB). Não se observou relação entre o local de realização do evento e o estado das

instituições dos autores principais, visto que, dos 216 artigos, apenas sete apresentavam um primeiro autor cuja instituição era do mesmo estado que sediou o evento. Essa informação pode ser obtida cruzando o estado da instituição do autor principal, que está na tabela 4, e o estado de realização do evento naquele ano. Essa ideia é intensificada quando se verifica que, do total de artigos, 28,24% são de instituições de Minas Gerais e 23,61% de São Paulo, ou seja, mais de 50% do total. Outra informação disponível na tabela é que os estados de Goiás, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Santa Catarina não foram representados, na área de Economia Regional, nos eventos realizados entre 2004 e 2014. Por fim, as instituições do exterior têm aparecido com maior frequência nos últimos anos do evento, isto é, de 2011 a 2014.

Tabela 4 – Distribuição dos estados das instituições dos primeiros autores – 2004-2014

Regiões/estados	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Centro-Oeste	1	2	1	1	0	0	0	1	4	2	1	13
- DF	1	2	1	1	0	0	0	1	4	2	0	12
- GO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
- MT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
- MS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	5	1	2	3	2	5	4	5	3	3	9	42
- AL	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	2
- BA	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	3
- CE	1	0	0	0	0	0	1	1	2	0	2	7
- MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
- PB	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2
- PE	2	1	2	3	1	5	2	1	1	3	6	27
- PI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
- RN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
- SE	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Norte	0	0	0	0	1	1	0	2	0	0	0	4
- AC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
- AP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
- AM	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
- PA	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	2
- RO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
- RR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
- TO	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Sul	4	1	1	0	2	4	2	2	3	3	0	22
- PR	1	0	0	0	0	2	0	0	1	0	0	4
- RS	3	1	1	0	2	2	2	2	2	3	0	18
- SC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	13	14	8	10	10	14	12	16	10	9	13	129
- ES	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2
- MG	4	6	4	6	8	7	6	7	4	4	5	61
- RJ	2	1	0	1	1	2	1	3	2	0	2	15
- SP	7	7	4	3	1	4	4	6	4	5	6	51
Exterior	1	0	0	1	0	0	0	1	1	1	1	6
Total	24	18	12	15	15	24	18	27	21	18	24	216

Fonte: Elaboração dos autores.

Como se observa na tabela 5, os pesquisadores das universidades públicas federais são os que mais produziram em todas as edições do evento, dando destaque à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com 34 artigos (15,7% do total), à Universidade de São Paulo (USP), com 27 artigos (12,5% do total) e à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com 25 artigos aprovados (11,6% do total). Agregando essas informações em setores da economia, pôde-se concluir que o setor público, que teve uma produção maior em todas as edições do evento, foi responsável por 180 artigos (83,3% do total), o setor privado produziu 30 trabalhos (13,9% do total, dando destaque à Fundação Getúlio Vargas, com sete artigos, e à Universidade Presbiteriana Mackenzie, com seis artigos) e o restante ficou a cargo das instituições do exterior, isto é, das Universidades de Açores (Portugal), Cambridge (Reino Unido), Barcelona (Espanha), Groningen (Holanda) e Ohio (EUA), além do Banco Mundial (EUA), gerando, ao todo, seis artigos (2,8% do total), um para cada instituição.

Tabela 5 – Produção do conhecimento por tipo de instituição – 2004-2014

Tipos de instituição	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Bancária pública	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Banco Central	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Centro Universitário privado	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2
Faculdade privada	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Fundação privada	1	1	0	0	0	1	0	1	1	2	1	8
Fundação pública de direito público federal	0	1	1	0	0	0	0	0	3	2	0	7
Fundação pública de direito público estadual	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Organização internacional	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Órgão público do poder executivo estadual	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2
Órgão público do poder executivo federal	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	2
Universidade do exterior	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	5
Universidade privada	1	2	1	2	2	3	3	3	2	0	0	19
Universidade pública estadual	6	5	4	3	0	4	2	2	3	2	6	37
Universidade pública federal	11	9	6	9	12	16	11	18	10	11	16	129
Total	24	18	12	15	15	24	18	27	21	18	24	216

Fonte: Elaboração dos autores.

Além dos autores e das instituições, buscou-se analisar a questão espaço nos trabalhos, que aqui é representada como o recorte geográfico dos artigos. Estes recortes são representados na tabela 6. O recorte geográfico no nível mundial foi abordado em somente um artigo, no ano de 2013, e, portanto, representou apenas 0,46% do total. O nível nacional foi o de maior relevância, pois foi abordado em um total de 130 artigos (60,19% do total). Nesse grupo, foram analisados diferentes países, sendo que o Brasil respondeu por 127 dos 130 artigos – um estudo retratou a Bolívia e outro o Líbano e, ainda, outro retratou Brasil e Estados Unidos da América, simultaneamente. A escala regional respondeu por 15 estudos (6,94% do total), na qual se destaca a Região Nordeste, com sete estudos. Outro recorte relevante foi o estadual, abordado por 48 diferentes pesquisas (22,22% do total). Neste conjunto, foram retratados, principalmente, os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul – respectivamente, com 13, 11 e oito estudos. O âmbito municipal foi também analisado nos artigos desta área da ANPEC, representando 7,87% do total (17 estudos). O município de São Paulo foi o mais representativo neste recorte, sendo retratado por seis pesquisas. Por fim, um estudo a nível local abordou a Ilha dos Açores (Portugal), respondendo, também, por 0,46% do total. Cabe mencionar que quatro estudos não objetivaram investigação sobre um recorte geográfico determinado em razão de possuírem proposta mais teórica do que aplicada. Os estudos sem recorte geográfico representaram 1,85% do total de 216 trabalhos analisados. A produção científica, dentro da Economia, passou por mudanças, como afirmaram Kim, Morse e Zingales (2006). Os autores verificaram que 77% dos artigos mais citados, no início de 1970, eram teóricos, mas, já no final do século, trabalhos teóricos só representavam mais 11% do total. Este fato também é notado na área temática investigada neste artigo.

Tabela 6 – Recortes geográficos dos estudos – 2004-2014

Escala geográfica	Número de artigos	Participação em relação ao total (%)	Participação em relação ao conjunto do Brasil (%)
Mundial	1	0,46	-
Nacional	130	60,19	-
Brasil	127	-	-
- Brasil – Geral	65	-	51,18
- Brasil - Regional	5	-	3,94
- Brasil - Estadual	19	-	14,96
- Brasil - Mesorregional	1	-	0,79
- Brasil - Microrregional	7	-	5,51
- Brasil - Municipal	23	-	18,11
- Brasil - Regiões metropolitanas	7	-	5,51
Regional	15	6,94	-
Estadual	48	22,22	-
Municipal	17	7,87	-
Local	1	0,46	-
Sem escala geográfica (estudos teóricos)	4	1,85	-
Total	216	-	-

Fonte: Elaboração dos autores.

Em relação ao nível nacional, foi possível, ainda, delinear que os estudos abordando o Brasil se subdividiram em uma série de sub-recortes: 65 estudos retratam o país de forma geral, 23 em escala municipal e 19 em escala regional; uma abordagem por microrregiões brasileiras foi empregada em sete

estudos, igual número de recortes em regiões metropolitanas; por fim, cinco trabalhos objetivaram o estudo em forma de regiões e foi desenvolvido um estudo em nível de mesorregiões.

Para realizar a análise dos principais temas abordados pelos artigos investigados, fez-se uso da classificação JEL que os próprios autores relataram nos artigos. Em cada artigo, os autores utilizaram cerca de três classificações e, dessa forma, totalizaram-se 498 classificações. Contudo, 25 artigos não informaram classificação JEL (11,58% dos artigos observados), sendo 60% deles entre 2009 e 2013, ou seja, publicações recentes. Do total de classificações rotuladas nos demais 191 artigos, cerca de 50% pertenciam à categoria R (Economia Urbana, Rural, Regional, Imobiliária e de Transportes), sendo outras classificações utilizadas pertencentes às categorias O (Desenvolvimento Econômico, Inovação, Mudança Tecnológica e Crescimento) (13%), C (Métodos Matemáticos e Quantitativos) (8%) e J (Economia do Trabalho e Demográfica) (5%). Essas três categorias, juntamente com o grupo R, representam cerca de 80% das classificações JEL utilizadas. Na tabela 7 são apresentadas as subcategorias mais utilizadas pelos autores, que representaram 50% do total de 498 classificações identificadas.

Tabela 7 – Classificações JEL mais frequentes – 2004-2014

Classificação JEL	Ocorrências (%)
R11 – Atividade Econômica Regional: Crescimento, Desenvolvimento e Mudanças	11,24
R12 – Tamanho e Distribuições da Atividade Econômica Regional; Comércio Interregional	8,84
R15 – Econometria e Modelos de Insumo-Produto; Outros Modelos	6,02
R23 – Migração Regional; Mercados Regionais de Trabalho; População	5,22
R58 – Política de Desenvolvimento Regional	3,01
R10 – Geral	2,81
R13 – Análise Econômica por Equilíbrio Geral e Bem-estar de Economias Regionais	2,81
C21 – Modelos <i>Cross-section</i> ; Modelos Espaciais; Modelos de Efeito de Tratamento	1,61
J61 – Mobilidade Geográfica do Trabalho; Trabalhadores Imigrantes	1,81
O15 – Recursos Humanos; Desenvolvimento Humano; Distribuição da Renda; Migração	2,41
O18 – Análise Regional, Urbana e Rural	4,42
Subtotal	50,20
Outros	49,80
Total	100

Fonte: Elaboração dos autores. Nota: Utilizou-se como critério no mínimo 2,50% do total de classificações para o grupo R e 1,50% para os demais grupos.

Dos 191 artigos que apresentaram classificação JEL, 29 estudos (13,42% das classificações) não empregaram a categoria R. Nesses casos, as principais aparições foram Métodos Quantitativos e Matemáticos (C), representando 23,73% do total, e Desenvolvimento Econômico, Mudanças Tecnológicas e Crescimento (O), representando 32,20% do total. As demais categorias foram Economia Pública (H, 5,08%), Saúde, Educação e Bem-estar (I, 11,86%), Economia Agrária e dos Recursos Naturais (Q, 5,08%) e Organização Industrial (L, 6,87%), e as categorias Microeconomia (D), Macroeconomia e Economia Monetária (E), Economia Internacional (F), Economia Demográfica e do Trabalho (J), Direito e Economia (K) e Sistemas Econômicos (P) somaram, juntas, 15,25%.

A partir dessa análise, é possível identificar indícios de trabalhos que poderiam ter sido submetidos para outras áreas temáticas do evento. Tais ocorrências demonstram uma tênue diferenciação de algumas áreas definidas pela ANPEC, assim como a possível percepção equivocada das mesmas por parte de alguns autores. Além dos 29 artigos que não apresentaram nenhuma classificação JEL da área de Economia Regional e Urbana, outro sinal de que um artigo poderia pertencer à outra área está na existência de casos em que a única classificação JEL relacionada à área de Economia Regional tenha sido R10 (generalidades). A soma dos artigos sem nenhuma classificação R com aqueles em que a única classificação da área de Economia Regional e Urbana era R10 totalizou 15,28% do total de 216 estudos. A partir dessa observação, da análise do tema e dos objetivos expostos nos artigos que se enquadram nesses casos, percebe-se que estes estariam mais bem alocados nas áreas temáticas de Crescimento, Desenvolvimento Econômico e Instituições ou Economia Industrial e da Tecnologia, por exemplo. Ao mesmo tempo, percebe-se que há relação entre estes estudos e os temas abordados em Economia Regional.

A tabela 8 apresenta os cinco grandes temas da classificação R, além do total e do grupo denominado de “Outros”. Também é relevante analisar as informações em termos relativos, pois se pode incorrer em equívocos quando analisadas somente em termos absolutos, uma vez que o número total de artigos aprovados para a área varia anualmente. Sendo assim, pode-se observar, por exemplo, que em

2004, 2009 e 2014 foram aprovados 24 artigos, enquanto que, em 2006, têm-se somente 12 artigos aceitos na área temática abordada neste artigo.

Tabela 8 – Temas dos estudos, em número absoluto e % – 2004-2014

Classificação geral	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Quantidade											
R1- Economia Regional Geral	15	11	7	7	8	10	6	11	8	6	8
R2 - Análise da Economia Doméstica	2	0	1	1	1	1	1	5	2	3	7
R3 - Mercados Imobiliários, Análise Espacial da Produção e Localização da Firma	1	2	0	1	0	1	2	1	1	0	2
R4 - Economia de Transportes	0	0	1	4	0	0	0	1	0	0	0
R5 - Análise de Governos Regionais	2	3	2	1	1	0	2	3	5	2	0
Outros	4	2	1	1	5	12	7	6	5	7	7
Total	24	18	12	15	15	24	18	27	21	18	24
Em %											
R1- Economia Regional Geral	62,50	61,11	58,33	46,67	53,33	41,67	33,33	40,74	38,10	33,33	33,33
R2 - Análise da Economia Doméstica	8,33	0,00	8,33	6,67	6,67	4,17	5,56	18,52	9,52	16,67	29,17
R3 - Mercados Imobiliários, Análise Espacial da Produção e Localização da Firma	4,17	11,11	0,00	6,67	0,00	4,17	11,11	3,70	4,46	0,00	8,33
R4 - Economia de Transportes	0,00	0,00	8,33	26,67	0,00	0,00	0,00	3,70	0,00	0,00	0,00
R5 - Análise de Governos Regionais	8,33	16,67	16,67	6,67	6,67	0,00	11,11	11,11	23,81	11,11	0,00
Outros	16,67	11,11	8,33	6,67	33,33	50,00	38,89	22,22	23,81	38,89	29,17
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração dos autores.

Dito isso, nota-se que o tema Economia Regional Geral (R1) é o mais estudado em todos os anos, no entanto, este vem apresentando participação cada vez menor no decorrer do tempo, passando de 62,50%, no ano de 2004, para 33,33%, em 2014. Em termos absolutos, esta tendência também é observada, passando de 15 para oito artigos, no mesmo período. Ademais, vale ressaltar que, nos anos de 2004 a 2008, com exceção de 2007, este tema representou mais da metade do total dos assuntos investigados.

Já o tema Análise da Economia Doméstica (R2) apresentou aumento na participação, pois passou de 8,33%, em 2004, para 29,17%, em 2014. Porém, vale destacar que este oscilou no período, visto que, em 2009, representou 4,17% do total. Em termos absolutos, passou de dois artigos, em 2004, para sete, em 2014. Por sua vez, o tema Mercados Imobiliários, Análise Espacial da Produção e Localização da Firma (R3) teve baixa representatividade durante todo o período analisado. Assim, por um lado, observa-se a maior relação entre este tema e o total nos anos de 2005 e 2010, ou seja, 11,11% dos artigos aprovados estudavam o tema em questão. No entanto, percebe-se uma volatilidade nos artigos produzidos com esse tema, variando de dois a nenhum artigo, ressaltando que os anos em que não há artigos de classificação R3 são 2006, 2008 e 2013.

Economia de Transportes (R4) é o tema menos frequente nos artigos publicados na área estudada, uma vez que foi abordado somente em seis artigos entre 2004 e 2014. Todavia, vale destacar o fato de que quatro deles foram publicados somente no ano de 2007, sendo assim, sua representatividade neste ano chegou a 26,67%. Já no tema Análise de Governos Regionais (R5), observa-se também uma grande variância durante o período em análise, uma vez que não se pode ver uma tendência. Por exemplo, 2012 foi o ano com mais artigos aprovados com o tema em questão, cinco artigos (23,81% do total), seguido de 2005 e 2006, que apresentaram 16,67% do total. Inversamente, em 2009 e 2014 não foram aprovados artigos que contemplassem este grande tema.

Por fim, o último grupo, aquele denominado de “Outros”, apresentou significativo aumento na representatividade no decorrer dos anos, passando de 16,67% do total, em 2004, para 29,17%, em 2014. Vale destacar que o grupo “Outros” chegou a representar 50,00% do total no ano de 2009, quando foram publicados 12 artigos com temas que não se enquadravam nas demais categorias utilizadas. Esse aumento significativo de artigos cujos temas, de certa forma, apenas tangenciam a área de Economia Regional se dá a partir de 2008, quando atinge o valor de 33,33% do total. Isto sinaliza, novamente, para o fato de que nos últimos anos houve maior diversidade nos temas publicados na área de Economia Regional⁸.

⁸ Cabe aqui uma ressalva feita por Cherkashin et al. (2009), quando este se dedicou ao estudo dos erros estatísticos no processo de revisão dos artigos submetidos ao *Journal of International Economics*. Para os autores, no período de 1995-2004, a incidência do erro tipo 1 (rejeitar um bom artigo) foi baixa, enquanto o erro 2 (aceitar um artigo ruim) poderia ser considerado

Ao se observar as principais metodologias utilizadas, os trabalhos foram classificados em nove grandes grupos e em subgrupos para auxiliar na análise dos resultados. Apesar de alguns dos grandes grupos poderem ser identificados como subgrupos, como o modelo gravitacional e a econometria espacial, que não deixam de ser análises econométricas, entende-se que, pela maior recorrência destes métodos ao longo dos estudos observados, torna-se mais salutar para esta pesquisa alocá-los em categorias metodológicas separadas. Além disso, alguns trabalhos utilizam algumas dessas metodologias em conjunto e, nestes casos, o mesmo artigo pode ter duas classificações de metodologia, fazendo com que estas somem 232 rótulos adicionados. O quadro 1 especifica quais modelos foram classificados dentro dos grandes grupos mencionados.

Quadro 1 – Agrupamento das metodologias aplicadas nos estudos analisados – 2004-2014

Grupos	Subgrupos
Análise econométrica	Regressões múltiplas, paramétricas, não-paramétricas e quantílicas; VAR/VEC; Logit/Probit; modelos de dados em painel em geral.
Utilização de indicadores	Índices de Gini, de Theil e de Herfindahl; Quociente locacional; <i>Propensity score</i> ; Indicadores de concentração e de qualidade de vida.
Econometria espacial	Estatística I de Moran; C de Geary; LISA; Modelos autorregressivos espaciais; Regressões ponderadas geograficamente e utilização de geodados.
Equilíbrio Geral Computável	Modelos de equilíbrio geral computável.
Estatística descritiva	Análise qualitativa de dados estatísticos.
Matrizes de insumo-produto	Hirschman-Rasmussen e Leontief.
Modelo gravitacional	Modelos gravitacionais em geral.
Revisão bibliográfica	Artigos que basicamente mantiveram seu foco em uma análise qualitativa: revisão teórica e da literatura correlata.
Outros	Modelos microeconômicos; Solow; <i>Shift-share</i> ; dentre outros.

Fonte: Elaboração dos autores.

A partir da tabela 9 é possível perceber a representatividade de cada grupo metodológico ao longo dos anos. Praticamente em todo período de estudo prevaleceu a análise econométrica, com exceção de 2006 e 2014, quando esta foi superada pelos artigos com econometria espacial. Trabalhos utilizando análise econométrica, indicadores e econometria espacial representaram, na média do período coberto, mais de 60% das metodologias utilizadas.

Tabela 9 – Metodologias aplicadas nos estudos, em % – 2004-2014

Grupos	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Média ¹
Análise econométrica	29,17	22,22	20,00	29,41	40,00	36,00	52,38	33,33	38,10	33,33	32,00	33,27
Utilização de indicadores	4,17	11,11	13,33	5,88	20,00	32,00	14,29	18,18	9,52	22,22	12,00	14,79
Econometria espacial	4,17	5,56	26,67	11,76	0,00	12,00	4,76	21,21	23,81	5,56	36,00	13,77
Equilíbrio geral computável	16,67	16,67	6,67	11,76	0,00	0,00	14,29	3,03	9,52	11,11	4,00	8,52
Estatística descritiva	0,00	0,00	6,67	11,76	6,67	4,00	4,76	6,06	0,00	0,00	8,00	4,36
Matrizes de insumo-produto	16,67	5,56	13,33	5,88	13,33	0,00	9,52	9,09	9,52	11,11	4,00	8,91
Modelo gravitacional	4,17	11,11	6,67	5,88	6,67	0,00	0,00	0,00	0,00	5,56	0,00	3,64
Revisão bibliográfica	12,50	11,11	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00	3,03	0,00	0,00	0,00	3,15
Outros	12,50	16,67	6,67	17,65	13,33	8,00	0,00	6,06	9,52	11,11	4,00	9,59
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração dos autores. Nota: (1) Média por grupo de metodologia, ao longo dos anos.

A metodologia de revisão bibliográfica, por outro lado, foi a menos representativa no período de 2004 a 2014, visto que, em diversos anos, sua utilização foi nula na amostra de artigos. Esta constatação sugere a crescente importância prestada a estudos aplicados na área analisada, com abordagens quantitativas, por meio de conceitos matemáticos e enfoques estatísticos, o que remete aos resultados de Costa e Delgado (1999), ou seja, pode-se afirmar que a produção brasileira na área de Economia Regional na ANPEC se assemelha mais com a dos pesquisadores europeus, uma vez que tende a utilizar dados concretos e métodos empíricos para buscar soluções para problemas reais.

Em adição, cabe ressaltar que o grupo de econometria espacial apresentou a maior volatilidade do período, pois, enquanto em alguns anos foi intensamente utilizada, como em 2006, 2011, 2012 e 2014, em outros, sua utilização mostrou-se bastante reduzida, como em 2004, 2005, 2008 e 2010. Esses resultados são similares aos de Hamermesh (2013), que, apesar de adotar classificações metodológicas diferentes das empregadas neste estudo, concluiu que as pesquisas teóricas reduziram-se ao longo do tempo, dando espaço aos estudos empíricos com dados produzidos pelos autores e aos experimentos. A explicação deste

alto, utilizando como métrica de qualidade a quantidade de citações do trabalho ao longo do tempo. É possível, assim, que tenha havido um viés na seleção dos artigos naquela época.

autor se dá pelas preferências dos editores de periódicos por estudos aplicados, o que não necessariamente se aplica à área de estudo investigada neste artigo, uma vez que se trata de um evento científico. A hipótese para a sofisticação das metodologias está no desenvolvimento das ferramentas de tecnologia e comunicação⁹, o que não se afasta da hipótese justificadora da coautoria de Hamermesh (2013).

Por fim, na tabela 10, é possível observar os principais referenciais teóricos adotados nos artigos analisados. Os estudos podem ser divididos em dois grandes grupos teóricos na área de Economia Regional: teorias do crescimento e do desenvolvimento regional e teorias da localização. Dentre os estudos publicados na área investigada neste estudo, 69,44% (150 artigos) adotaram as teorias do crescimento e do desenvolvimento regional como recorte teórico, sendo analisados os mais diversos enfoques, mas com ênfase no crescimento econômico desigual e nas estratégias de desenvolvimento regional. Nas pesquisas que empregaram as teorias da localização como paradigma teórico (20 artigos ou 9,26% do total), que tem caracterizado muitos estudos na área de Economia Urbana, analisou-se, principalmente, a utilização do espaço intra-urbano (trabalhadores, famílias, empregos, transporte, residências etc.).

Tabela 10 – Referenciais teóricos dos estudos, em número absoluto e % – 2004-2014

Classificação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Quantidade											
Crescimento e Desenvolvimento Regional	11	13	8	10	12	19	13	25	11	15	13
Teorias da Localização	3	3	2	1	-	1	2	-	2	-	6
Referenciais Teóricos da Economia Urbana	1	1	1	2	-	1	1	1	4	2	2
Referenciais Teóricos da Economia Agrícola	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Referenciais Teóricos (áreas do conhecimento)	4	1	1	2	3	3	2	1	4	1	3
- Economia Industrial	3	1	1	2	2	1	1	1	-	1	1
- Desenvolvimento Humano	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	1
- Economia Monetária	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
- Economia do Setor Público	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
- Economia Internacional	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Economia da Cultura	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
- Economia da Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Total	24	18	12	15	15	24	18	27	21	18	24
Em %											
Crescimento e Desenvolvimento Regional	45,83	72,22	66,67	66,67	80,00	79,17	72,22	92,59	52,38	83,33	54,17
Teorias da Localização	12,50	16,67	16,67	6,67	-	4,17	11,11	-	9,52	-	25,00
Economia Urbana	4,17	5,56	8,33	13,33	-	4,17	5,56	3,70	19,05	11,11	8,33
Economia Agrícola	20,83	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	16,67	5,56	8,33	13,33	20,00	12,50	11,11	3,70	19,05	5,56	12,50
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração dos autores.

Além disso, considerando também o recorte das áreas temáticas da ANPEC, foram observados estudos específicos nas áreas de Economia Agrícola (cinco artigos, em 2004, ou 2,31% do total) e de Economia Urbana (16 artigos no período de estudo, ou 7,41% do total). Por fim, identificaram-se estudos que dialogam com a Economia Regional, mas que teriam um maior espaço de debate se os mesmos tivessem sido submetidos para outras áreas do conhecimento (11,57% do total), com destaque para os artigos na área de Economia Industrial, que foram 14 dos 25 publicados no período de estudo.

3.2 RESULTADOS ECONOMETRÍCOS

O segundo momento de análise e discussão dos resultados, que consiste na avaliação das estimações pelos modelos *logit*, tanto binomial como multinomial, está subdividido em três diferentes abordagens. Primeiro, foram investigadas as relações entre as metodologias empregadas e a quantidade de coautores de cada artigo. Posteriormente, buscou-se evidenciar associações entre a localização das entidades a que o autor principal de cada artigo estava vinculado e também a quantidade de coautores por trabalho. Por fim, foram examinadas as vinculações entre os temas abordados, por meio das classificações JEL empregadas, por regiões.

Para analisar as metodologias, a partir dos grupos metodológicos demonstrados no quadro 1, percebeu-se a necessidade de uma nova agregação destas classificações. Os grupos análise econométrica,

⁹ Softwares econométricos, como o *Eviews* e o *Stata*, por exemplo, começaram a ser desenvolvidos em 1994 e em 1996, respectivamente. Por outro lado, o SPSS foi criado em 1968, mas todos estes softwares foram recebendo atualizações ao longo do tempo, o que permitiu realizar estimações de forma muito mais ágil e eficiente.

econometria espacial e modelo gravitacional foram consolidados como econometria. Os grupos equilíbrio geral computável e matrizes insumo-produto como modelos gerais. Por fim, utilização de indicadores e estatística descritiva foram agrupados como *ind_est*. A partir destas novas agregações, buscou-se definir uma classificação decrescente de complexidade e robustez metodológica, supondo que econometria apresenta-se como o agrupamento de métodos mais complexos. Essa hipótese, contudo, acabou não se confirmando a partir dos testes com o modelo *logit* multinomial, que levou como base o número de coautores igual a 0. Era esperado que, à medida que um método mais complexo fosse empregado, maior seria a quantidade de coautores envolvidos, seguindo a ideia de Boschini e Sjögren (2007). Para estas autoras, o trabalho em grupo permite unir forças e executar projetos que seriam muito complexos para se desenvolver individualmente, uma vez que cada autor obtém ganhos de especialização. Mesmo assim, é possível observar algumas relações entre as metodologias empregadas e o número de coautores participantes, como evidenciado pela tabela 11.

Tabela 11 – Relações entre grupos metodológicos e coautoria

Número de coautores	Grupos de metodologias	Coefficiente	Erro padrão	Estatística z	P-valor	II*	ul**
1	Econometria	0,8755	0,5323	1,6448	0,1000	-0,1678	1,9188
1	Modelos gerais	1,4426	0,3084	4,6776	0,0000	0,8381	2,0471
1	Ind_est	1,4469	0,5557	2,6037	0,0092	0,3578	2,5361
2	Econometria	0,8755	0,5323	1,6448	0,1000	-0,1678	1,9188
2	Modelos gerais	1,0462	0,3224	3,2446	0,0012	0,4142	1,6781
2	Ind_est	1,1787	0,5718	2,0614	0,0393	0,0580	2,2993
3	Econometria	0,0000	0,6325	0,0000	1,0000	-1,2396	1,2396
3	Modelos gerais	-0,6188	0,4688	-1,3200	0,1868	-15,3770	0,3000
3	Ind_est	0,5596	0,6268	0,8927	0,3720	-0,6689	1,7880
4	Econometria	-0,5108	0,7303	-0,6995	0,4843	-1,9422	0,9205
4	Modelos gerais	-17,5520	1796,5270	-0,0098	0,9922	-3538,6800	3503,5770
4	Ind_est	-1,3865	1,1181	-1,2400	0,2150	-3,5779	0,8050
6	Econometria	-1,6097	1,0956	-1,4693	0,1418	-3,7570	0,5376
6	Modelos gerais	-17,5520	1796,5270	-0,0098	0,9922	-3538,6800	3503,5770
6	Ind_est	-17,0354	2501,2320	-0,0068	0,9946	-4919,3600	4885,2890

Fonte: Elaboração dos autores. Notas: (*) nível inferior do intervalo de confiança a 95%; (**) nível superior do intervalo de confiança a 95%.

Utilizando um modelo *logit* multinomial, verificou-se que, com a utilização dos grupos modelos gerais e *ind_est*, houve aumento da probabilidade relativa dos trabalhos terem um ou dois coautores. Por outro lado, a utilização das metodologias que formam o grupo econometria não apresentou significância para a determinação de coautoria. Quando agrupados os trabalhos com um ou mais coautores (coautoria ≥ 1), como se observa na tabela 12, percebe-se que os três grupos foram significativos a 1%. Nesta análise, a metodologia mais relevante para a determinação de coautoria é a utilização de indicadores e estatística descritiva (*ind_est*), ampliando em 9,5 vezes a probabilidade de haver coautoria. Em seguida, o emprego do grupo modelos gerais aumenta em 7,6 vezes a probabilidade de coautoria, enquanto econometria em 6,6 vezes. Em uma agregação mais criteriosa, analisou-se a mesma relação constante na tabela 12, porém, verificando o efeito das metodologias para os artigos com dois ou mais coautores; contudo, este teste secundário não se apresentou mais relevante que o modelo restrito, diferente dos testes apresentados. Essa diferença nos resultados das agregações tem relação com os dados expostos na seção 3.1, onde se observou que mais da metade dos artigos tinham até um coautor. Hamermesh (2013), ao estimar a relação entre metodologia e coautoria pelo modelo *logit* multinomial, também utilizou como variáveis “dois autores” e “mais de dois autores”, concluindo que coautoria e autoria múltipla são mais comuns em artigos com resultados autogerados ou experimentos do que em outros tipos de estudos e que dificilmente há colaboração em estudos teóricos. Entretanto, suas classificações metodológicas divergem das adotadas neste estudo, o que torna difícil uma comparação dos resultados.

Tabela 12 – Relações entre grupos metodológicos e artigos com mais de um coautor

Grupos de metodologias	OR ¹	Erro padrão	Estatística z	P-valor	II*	ul**
Econometria	6,6000	3,1673	3,9322	0,0001	2,5766	1,6906
Modelos gerais	7,6154	2,2465	6,8820	0,0000	4,2716	1,3577
Ind_est	9,5000	4,9937	4,2828	0,0000	3,3907	2,6617

Fonte: Elaboração dos autores. Notas: (1) razão de probabilidade (*odds ratio*); (*) nível inferior do intervalo de confiança a 95%; (**) nível superior do intervalo de confiança a 95%.

Ao se investigar as relações entre a localização das entidades a que o autor principal de cada artigo estava vinculado, quando da publicação de cada pesquisa, com o número de coautores participantes das publicações, percebeu-se a necessidade de agregar as entidades por diferentes regiões¹⁰. Para observar a relação entre as regiões e a existência de coautoria, aplicou-se um modelo *logit* binomial para os artigos com mais de um coautor (coautoria \geq 1). Como já mencionado, esse critério considera os resultados observado na seção 3.1. Além disso, levou-se em consideração a constatação de que houve um aumento dos artigos com pelo menos um coautor, conforme a tabela 2. Expandindo essa observação, pela tabela 13, é possível perceber que nas Regiões Sul, Nordeste e Sudeste há maior probabilidade de existir coautoria. Conforme as razões de probabilidade, os pesquisadores da Região Sul têm 10 vezes mais chance de ter um artigo publicado em coautoria, seguidos pelos pesquisadores do Sudeste e do Nordeste. Esse resultado permite entender que os pesquisadores de instituições do sul do país são aqueles que mais trabalham em grupo, em comparação com as demais regiões. Ao comparar com os resultados da tabela 4, nota-se que as instituições da Região Sul não são as que mais têm trabalhos apresentados no período analisado. Mesmo assim, os estados do sul tiveram maior probabilidade de coautoria, tornando esse resultado mais relevante. Dentre os resultados significativos, os pesquisadores da Região Nordeste tendem a trabalhar menos com coautores, no entanto, diante dos resultados não significativos das Regiões Norte e Centro-Oeste, tal afirmação pode ser equivocada para o contexto geral. Voltando à tabela 4, percebe-se que o motivo dessas duas regiões não terem sido significativas foi o pequeno número de trabalhos apresentados na ANPEC na amostra, sendo a Região Norte com menor número de artigos nessa agregação (quatro em 10 anos), atrás, inclusive, dos trabalhos oriundos do exterior, e o Centro-Oeste o terceiro menor (13 artigos no período).

Tabela 13 – Relações entre regiões e coautoria

Região	OR ¹	Erro padrão	Estatística z	P-valor	II*	UI**
Exterior	1,0000	-	-	-	-	-
Norte	3,0000	3,4641	0,9514	0,3414	0,3121	28,8406
Nordeste	5,6667	2,5092	3,9173	0,0001	2,3791	13,4973
Centro-oeste	5,5000	4,2279	2,2177	0,0266	1,2191	24,8134
Sudeste	6,5882	1,7149	7,2430	0,0000	3,9556	10,9731
Sul	10,0000	7,4162	3,1048	0,0019	2,3374	42,7827

Fonte: Elaboração dos autores. Nota: (1) razão de probabilidade (*odds ratio*); (*) nível inferior do intervalo de confiança a 95%; (**) nível superior do intervalo de confiança a 95%.

Por fim, para analisar os temas abordados, foram utilizadas as classificações JEL R1, R2, R3, R4 e R5. Para trabalhos com mais de uma classificação JEL do grupo R, considerou-se uma agregação múltipla (M), bem como uma classificação de trabalhos com JEL R0, ou classificações fora do grupo R, a qual se denominou sem_R. A partir destas classificações, as seguintes características foram observadas (tabela 14). Em comparação com os resultados já apresentados na tabela 8, percebe-se que, apesar da categoria R1 ser aquela com maior número de aparições, essa categoria vem perdendo representatividade em termos percentuais. Enquanto isso, a categoria R2, apesar de ser a terceira em número de publicações, está em um movimento crescente na análise temporal feita na tabela 8.

Tabela 14 – Características gerais por classificações JEL

Tema/JEL	Quantidade de publicações	Frequência (%)	Frequência acumulada (%)
R1	90	41,60	41,60
R2	19	8,80	50,40
R3	3	1,40	51,80
R4	2	0,90	52,70
R5	5	2,30	55,00
M	39	18,10	73,10
Sem_R	58	26,90	100,00
Total	216	100,00	-

Fonte: Elaboração dos autores.

¹⁰ Norte: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins. Nordeste: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe. Centro-Oeste: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul. Sudeste: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo. Sul: Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina. Exterior: não aplicável.

Para investigar as relações de temas abordados, através das classificações JEL, por regiões, foram realizados testes com o modelo *logit*, considerando cada um dos temas como variável dependente e as regiões como independentes. Cabe frisar que as regiões foram definidas a partir da localização das instituições a que o autor principal de cada artigo estava vinculado, quando da publicação da pesquisa. Dessa análise, os temas que apresentaram resultados significativos para pelo menos uma região foram R1, R2 e R5. Cabe destacar que esse resultado está de acordo com a análise das classificações JEL mais utilizadas. Na análise *logit* do tema R1 (Economia Regional Geral), a única região que apresentou resultado significativo foi o Sudeste, onde a probabilidade desse tema ser trabalhado é 1,7 vezes maior. Para o tema R2 (Análise da Economia Doméstica), as Regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste apresentaram resultados significativos. A chance desse mesmo tema (R2) ser trabalhado na Região Nordeste foi 0,25 vezes maior que nas outras regiões, enquanto na Região Centro-Oeste foi 0,18 e na Região Sudeste de 0,16. Finalmente, para o tema R5 (Análise de Governos Regionais), as Regiões Nordeste, Sudeste e Sul apresentaram resultados significativos, onde a chance desse tema ser trabalhado aumenta, respectivamente, 0,11, 0,12 e 0,04 vezes.

Para ampliar a investigação dos temas, foram consideradas as principais classificações JEL, conforme se observa na tabela 15, onde estão as categorizações do grupo R mais frequentes, assim como os trabalhos que, apesar de terem sido publicados na área de Economia Regional e Urbana, não apresentaram nenhuma classificação JEL específica dessa área (denominados sem_R). Essas categorias totalizam 42,55% das classificações, sendo o restante formado por classificações menos frequentes e a categoria R10 (Geral) foi excluída das classificações aqui observadas por questões analíticas (demasiadamente abrangente).

Tabela 15 – Características gerais por classificações JEL

Tema/JEL	Quantidade de publicações	Frequência (%) ¹	Frequência acumulada (%)
R11	54	10,84	10,84
R12	41	8,23	19,07
R13	14	2,81	21,88
R15	31	6,22	28,10
R23	26	5,22	33,32
R28	17	3,41	36,73
Sem_R	29	5,82	42,55
Total	212	42,55	-

Fonte: Elaboração dos autores. Nota: (1) em relação ao total de 498 classificações JEL.

Como abordado previamente, os grupos de temas classificados pelos JEL R1, R2 e R5 são os mais recorrentes nesta análise. Aplicaram-se diversos modelos *logit* bivariados, considerando as classificações JEL da tabela 15 como variável dependente e as regiões como variáveis explicativas. As razões de probabilidade nesses testes foram todas abaixo de 1, levando a conclusão de que seria mais provável pesquisar outro subtema (categoria JEL) que aquela analisada. Esse resultado era esperado, pois o JEL mais frequente (R11) equivale a apenas 10,85% das classificações, restando 89,15% de outros na variável explicativa R11. Assim, o ponto principal dessa análise é compreender quais resultados foram estatisticamente significativos e aqueles com valores mais próximos da unidade apresentam uma maior probabilidade de serem pesquisados em comparação com as demais regiões.

Ao se verificar a classificação JEL R1, onde apenas a Região Sudeste mostrou-se significativa, outras regiões também se apresentam significativas para subtemas específicos. Para o JEL R11 (Atividade Econômica Regional: Crescimento, Desenvolvimento e Mudanças), além da Região Sudeste (OR = 0,30), também foram significativas, ao nível de confiança de 5%, as Regiões Nordeste e Sul, respectivamente, com razões de probabilidade iguais a 0,29 e a 0,37. Em uma análise comparativa das regiões, a Sul seria aquela mais propensa ao estudo dos temas relacionados às atividades econômicas regionais, que poderia ser explicada pela tradição de pesquisas sobre Arranjos Produtivos Locais (APL) nas instituições de ensino e pesquisa. Para o JEL R12 (Tamanho e Distribuições da Atividade Econômica Regional; Comércio Interregional), Sudeste e Nordeste foram as regiões significativas, com razões de probabilidade iguais a 0,23 e 0,18.

Nas classificações JEL R13 (Análise Econômica por Equilíbrio Geral e Bem-estar de Economias Regionais) e R15 (Econometria e Modelos de Insumo-Produto; Outros Modelos), as Regiões Nordeste, Sudeste e Sul foram as que apresentaram maiores probabilidades de estudo dos temas. Para a

classificação R23 (Migração Regional; Mercados Regionais de Trabalho; População), Nordeste (OR=0,25), Centro-Oeste (OR=0,18) e Sudeste (OR=0,14) apresentaram resultados significativos¹¹. Comparativamente, verificou-se maior razão de probabilidade para a Região Nordeste, uma constatação que remete aos fluxos migratórios originários desta região para outras do Brasil, a exemplo do Sudeste, mais especificamente, para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro (BAENINGER, 2012; GONÇALVES, 2001)¹². No caso do Centro-Oeste, especificamente, a maior pesquisa sobre este tema coincide com o recente desenvolvimento adquirido por esta região, principalmente com os desenvolvimentos ocorridos no setor agrícola a partir da década de 1970, bem como com o processo de urbanização que vem tomando forma nos estados que compõem a região (FARIA et al., 2010). Por fim, na classificação JEL R58 (Política de Desenvolvimento Regional), novamente a Região Nordeste é a que tem maior chance de pesquisa neste tema, uma vez que apresentou a maior razão de probabilidade pelo modelo *logit* (OR=0,11). Centro Oeste, Sudeste e Sul também foram regiões significativas nesta classificação, entretanto, com menores razões de probabilidade (de forma respectiva, 0,08, 0,08 e 0,05). Novamente, o resultado foi compatível com a realidade do Nordeste, levando em conta a existência de centros de pesquisa voltados a investigar intensamente o desenvolvimento em aspecto regional, por meio de Programas de Pós-Graduação inseridos nesta perspectiva acadêmica (RESENDE, 2013).

Desta forma, pode-se verificar que certos temas são mais recorrentes e investigados em determinadas regiões do país, enquanto que outros são mais secundários. Estes resultados também podem ser observados na literatura internacional, mais especificamente em Costa e Delgado (1999), que analisaram 1.670 artigos publicados em sete grandes periódicos no período 1990-1998. Os autores encontraram padrões e temas distintos ao comparar os periódicos europeus e estadunidenses, verificando que a pesquisa na Europa é mais voltada para políticas e menos abstrata e nos EUA a pesquisa é mais abstrata e se aproxima mais da pesquisa em outras áreas centrais da Economia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto de estudo escolhido foi a produção teórica e empírica na área de Economia Regional presente nos eventos científicos promovidos pela ANPEC, nos anos 2000. A análise desses estudos implicou pensar a constituição do espaço de produção de conhecimento, pois os resultados revelaram que as associações científicas, como é o caso da ANPEC, permitem, por meio de seus encontros nacionais, construir um debate a partir de uma multiplicidade de olhares, revelando a contínua transformação do campo acadêmico. Ao estudar essa produção do conhecimento, identificou-se não somente a discussão teórica-metodológica que marcou o debate em Economia Regional, mas também a transformação desta área no Brasil nos últimos anos.

O desenvolvimento teórico ocorreu a partir do diálogo com os clássicos e da presença dos referenciais vindos do exterior, no entanto, sem retirar da produção dos cientistas brasileiros um caráter próprio da explicação da realidade nacional. O inverso dessa afirmação também é verdadeiro: há autores estrangeiros interessados em estudar o cenário brasileiro e o modo que o país interage com o resto do mundo. Os problemas regionais tornaram-se evidentes com o crescimento econômico desigual e os governos priorizaram as estratégias de desenvolvimento regional para resolvê-los. Nesse contexto, muitas teorias inspiraram as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional, sobretudo no contexto dos novos padrões de produção e dos movimentos de abertura comercial e desregulamentação financeira a partir da década de 1990. Além disso, os estudos acerca da temática regional têm sido intensificados, mesmo que o número de artigos nesta área não esteja crescendo na ANPEC. Nos últimos anos, inúmeros outros eventos científicos que abordam a Economia Regional no Brasil foram promovidos, principalmente, em razão das disparidades regionais oriundas do processo de industrialização no país.

A partir das análises realizadas, observou-se que a produção acadêmica nesta área assumiu caráter mais interdisciplinar e coletivo, sendo desenvolvida, principalmente, por pesquisadores das universidades públicas federais. Identificou-se a predominância de instituições de ensino localizadas na Região Sudeste

¹¹ Centro-Oeste a 5% de significância, Nordeste e Sudeste a 1%.

¹² Baeninger (2012) destaca que recentemente os fluxos migratórios dos estados do Nordeste foram mais oscilantes no século XXI, padrão inserido em um contexto migratório brasileiro mais complexo apresentado no período de 2000-2010.

do país, com destaque para os estados de Minas Gerais e de São Paulo, nos eventos promovidos pela ANPEC, e a reduzida participação de pesquisadores estrangeiros, no período de estudo, nesta área temática. Também se notou que as abordagens dos trabalhos estavam centradas em investigações de âmbitos nacional (Brasil) e estadual (unidades federativas brasileiras) e a metodologia empregada nos estudos também tem se tornado mais sofisticada ao longo do tempo, uma vez que o número de trabalhos que utilizam métodos mais complexos, como os modelos econométricos e de equilíbrio geral computável, aumentou consideravelmente. Pode-se afirmar que houve uma mudança na maneira de fazer pesquisa com o passar dos anos, sustentada em modelos mais sofisticados graças ao desenvolvimento das tecnologias de informação (*softwares*). Por meio da análise das classificações JEL que os autores atribuíram a seus artigos, percebeu-se a crescente participação de estudos pertinentes a áreas que tangenciam a Economia Regional, a partir de 2008, como Crescimento, Desenvolvimento Econômico e Instituições e Economia Industrial e da Tecnologia. Este mesmo fato é observado em relação aos referenciais teóricos adotados

Além disso, observou-se que modelos gerais (equilíbrio geral computável e matriz insumo-produto) e *ind_est* (indicadores e estatística descritiva) aumentam a probabilidade de trabalhos com um ou dois coautores. Ainda, os estudos em que a instituição do autor principal localiza-se na Região Sul têm 10 vezes mais chance de ter coautoria. Por fim, os temas relacionados à Análise de Economia Doméstica (R2) têm mais chance de serem estudados quando o autor principal está vinculado a uma instituição da Região Nordeste e os pesquisadores da Região Sul são mais propensos a estudar temas de análise da Atividade Econômica Regional (R11), seguidos dos pesquisadores das Regiões Sudeste e Nordeste.

Estas observações possibilitam um melhor entendimento de como tem se comportado a pesquisa em Economia Regional no Brasil, por meio dos eventos nacionais promovidos pela ANPEC, que é um importante meio de divulgação de estudos acadêmicos no país. Este melhor entendimento, por sua vez, oportuniza aos pesquisadores uma visão mais clara do padrão de publicações que tem sido objetivado na área. Por fim, é importante destacar que a análise em Economia Regional representa, para os pesquisadores, um esforço para articulá-la com as macro transformações em curso na sociedade brasileira e a elaboração deste estudo abre campo para uma série de aprofundamentos e desdobramentos na temática, envolvendo a avaliação da produção teórica e empírica que vem sendo elaborada pelos pesquisadores no âmbito da Economia. Particularmente na área de Economia Regional, cabe uma comparação a partir das publicações de diferentes eventos, como forma de examinar os enfoques particulares abordados pelos espaços de divulgação científica, e a utilização de outros procedimentos metodológicos. Não obstante, é possível estender a análise da produção teórico-metodológica, também, para periódicos científicos brasileiros, a fim de investigar possíveis correlações de temas pesquisados, referenciais teóricos que os pesquisadores têm se apoiado e métodos empregados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER, J. C. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: UNESP, 1999. p. 23-89.
- AMERICAN ECONOMIC ASSOCIATION. AEA. JEL Classification System. **Journal of Economic Literature**, Nashville, n. 53, v. 1, p. 214-229, 2015.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA. ANPEC. Disponível em: <www.anpec.org.br>. Acesso em: 20 maio 2015.
- BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, DF, v. 20, n. 39, p. 77-100, 2012.
- BEGNIS, H. S. M.; AREND, S. C.; ESTIVALET, V. F. B. Em frente ao espelho: a produção do conhecimento em cooperativas na Revista de Economia e Sociologia Rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, n. 1, p. 099-116, jan./mar. 2014.
- BOSCHINI, A.; SJÖGREN, A. Is team formation gender neutral? evidence from coauthorship patterns. **Journal of Labor Economics**, Chicago, v. 25, n. 2, p. 325-365, 2007.
- BOURDIEU, P. **Leçon sur la leçon**. Paris: Éditions de Minuit, 1982.
- BOURDIEU, P. **Méditations pascaliennes**. Paris: Éditions du Seuil, 1997.

- BOURDIEU, P. **Science de la science et réflexivité**. Paris: Raisons d'Agir, 2001.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Sistema e-MEC**. Brasília, DF, 2015a. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 6 jun. 2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **A produção de conhecimento em Economia da Saúde: uma perspectiva bibliográfica (2004-2012)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
- BRASIL. Secretaria da Receita Federal do Brasil. **Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**. Brasília, DF, 2015b. Disponível em: <<http://goo.gl/nwlbGU>>. Acesso em: 6 jun. 2015.
- BRUNO, A. C. M. et al. Mapeamento da produção de conhecimento em economia criativa. **REDIGE**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, ago. 2011.
- CARD, D.; DELLA VIGNA, S. Nine facts about top journals in economics. **NBER Working Paper Series**, Cambridge, n. 18665, 2013.
- CARD, D.; DELLA VIGNA, S. Revealed preferences for journals: evidence from page limits. **NBER Working Paper Series**, Cambridge, n. 18663, 2012.
- CHERKASHIN, I. et al. The inside scoop: acceptance and rejection at the journal of international economics. **Journal of International Economics**, Amsterdã, v. 77, n. 1, p. 120-132, 2009.
- COSTA, J. da S.; DELDADO, A. P. Regional Science in Europe: a review. In: REGIONAL SCIENCE ASSOCIATION EUROPEAN CONGRESS, 39., Dublin, 1999. **Anais... ERSA: Belgium**, 1999.
- DOMINGUES, J. M. **Teorias sociológicas no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- DURDEN, G. C.; PERRI, T. J. Coauthorship and publication efficiency. **Atlantic Economic Journal**, Atlanta v. 23, n. 1, p. 69-76, 1995.
- ELLISON, G. The slowdown of the economics publishing. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 110, n. 5, p. 947-993, 2002.
- FABEL, O.; HEIN, M.; HOFMEISTER, R. Research productivity in business economics: an investigation of Austrian, German and Swiss universities. **German Economic Review**, Malden, v. 9, n. 4, p. 506-531, 2008.
- FARIA, G. et al. Expansão da fronteira agrícola: impacto das políticas de desenvolvimento regional no centro-oeste brasileiro. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48., 2010, Campo Grande. **Anais... Piracicaba: SOBER**, 2010.
- GONÇALVES, A. J. Migrações internas: evoluções e desafios. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 173-184, dec. 2001.
- HAMERMESH, D. S. Facts and myths about refereeing. **The Journal of Economic Perspectives**, Pittsburgh, v. 8, n. 1, p. 153-163, 1994.
- HAMERMESH, D. S. Six decades of top economics publishing: who and how? **Journal of Economic Literature**, Pittsburgh, v. 51, n. 1, p. 162-172, 2013.
- HOLLIS, A. Co-authorship and the output of academic economists. **Labour Economics**, Maastricht v. 8, n. 4, p. 503-530, 2001.
- HOSMER Jr, D. W.; LEMESHOW, S.; STURDIVANT, R. X. **Applied logistic regression**. 3ª ed. New York: John Wiley & Sons, 2013.
- HUDSON, J. Trends in multi-authored papers in economics. **Journal of Economic Perspectives**, Pittsburgh, n. 10, p. 153-158, 1996.
- IANNI, O. **Sociologia da sociologia: o pensamento sociológico brasileiro**. 3. ed. revista e aumentada. São Paulo: Ática, 1989.
- KIM, E. H.; MORSE, A.; ZINGALES, L. What has mattered to economics since 1970. **NBER Working Paper Series**, Cambridge, n. 12526, 2006.
- KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- MASSUQUETTI, A. Da natureza das relações de produção à dimensão cultural da ação política: problemáticas e caminhos teóricos acerca dos conflitos rurais. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Niterói, n. 40, p. 83-104, fev.-maio 2015.

MASSUQUETTI, A. The academic approach about the rural Brazil. **História Econômica & História de Empresas**, Niterói, v. 17, n. 1, p. 29-44, 2014.

MCDOWELL, J. M.; MELVIN, M. The determinants of co-authorship: an analysis of the economics literature. **The Review of Economics and Statistics**, Cambridge, v. 65, n. 1, p. 155-160, 1983.

MICELI, S. (org.). **O que ler na ciência social brasileira**, 1970-2002. São Paulo: Sumaré, 2002.

RESENDE, G. M. Elementos do desenvolvimento regional: temas atuais, desafios e oportunidades da questão regional. In: SILVEIRA, R. L. L. (org.). **Observando o desenvolvimento regional brasileiro: processos, políticas e planejamento**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

SANTOS, B. de S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Revisão de literatura dos estudos urbanos e regionais recentes**. Salvador: SEI, 2010.

SIGAUD, L. Para que serve conhecer o campo. In: TEMAS e Problemas da Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: IDESP / Rio de Janeiro: Sumaré, 1992. p. 30-42.

ANEXO

Relação dos Encontros Nacionais de Economia Promovidos pela ANPEC no período 2004-2014

Edição do Evento	Local e Período
42°	Natal (RN), 09 a 12 de dezembro de 2014
41°	Foz do Iguaçu (PR), 10 a 13 de dezembro de 2013
40°	Porto de Galinhas (PE), 11 a 14 de dezembro de 2012
39°	Foz do Iguaçu (PR), 06 a 09 de dezembro de 2011
38°	Salvador (BA), 07 a 10 de dezembro de 2010
37°	Foz do Iguaçu (PR), 08 a 11 de dezembro de 2009
36°	Salvador (BA), 09 a 12 de dezembro de 2008
35°	Recife (PE), 04 a 07 de dezembro de 2007
34°	Salvador (BA), 05 a 08 de dezembro de 2006
33°	Natal (RN), 06 a 09 de dezembro de 2005
32°	João Pessoa (PB), 07 a 10 de dezembro de 2004

Fonte: Elaboração própria a partir de ANPEC (2015).